

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2016



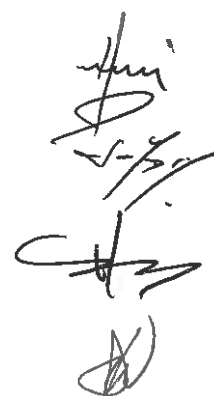
BRAGANÇA A CAMINHO DE UMA SMART REGION

JUNHO 2017

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

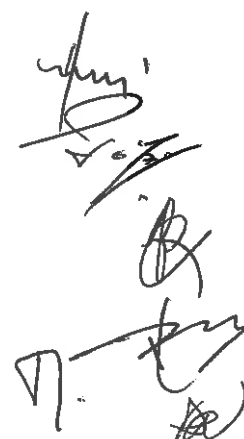
Índice

Relatório de Gestão	5
1. Introdução	5
2. Objetivo da consolidação	6
3. Perímetro da consolidação.....	7
4. Método de consolidação.....	9
5. Breve enquadramento macroeconómico	10
6. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação	12
6.1 Análise económico financeira da atividade consolidada	15
7. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica.....	20
8. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação	20
9. Factos relevantes após o encerramento do exercício.....	21
Balanço Consolidado	23
Demonstração Consolidada dos Resultados	27
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado	31
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	35
Declaração de responsabilidade	59
Certificação Legal das Contas Consolidadas	63
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas	69



Índice de quadros

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas	8
Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado	16
Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados	18
Quadro 4: Rácios	19
Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria	39
Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado	43
Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado	44
Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2020	44
Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	45
Quadro 10: Mapa do Ativo Bruto Consolidado	49
Quadro 11: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado	50
Quadro 12: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público	51
Quadro 13: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços	51
Quadro 14: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	52
Quadro 15: Mapa da Dívida Bruta Consolidada	55



Relatório de Gestão

2016

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the red graphic.

1. Introdução

A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação de mais e diferente tipo de informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma perceção da situação financeira do grupo municipal. O entendimento com clareza da situação financeira do grupo, só é permitida através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, tornando-se assim a apresentação de contas consolidadas imperativa.

Os juízos divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no grupo municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto,

integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

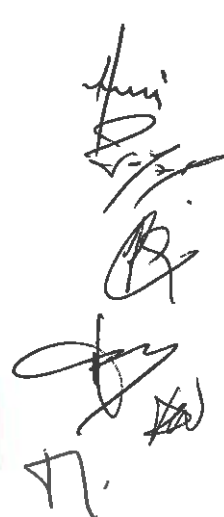
Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e na orientação n.º 1/2010, tendo também em consideração as instruções emanadas pelo SATAPOCAL aquando da consolidação para o exercício de 2010, com as necessárias adaptações. A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo municipal.

2. Objetivo da consolidação

A necessidade de implementação integral da Lei do Enquadramento Orçamental e do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” determinou a obrigação de apresentação de contas consolidadas numa base de caixa para todo o perímetro do Estado, incitando que este fosse progressivamente alargado por forma a incluir o Setor Empresarial do Estado e as Parcerias Público Privadas reclassificadas no âmbito da Administração Pública e da Administração Local e Regional.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no município refletir-se-á na melhoria da informação contabilística quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si. A consolidação permitirá, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal objeto de consolidação, uma consolidação por sector de atividade e uma avaliação das políticas públicas locais.



A consolidação de contas proporciona uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, permitindo avaliar, quer o desempenho económico quer a situação financeira, do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.

3. Perímetro da consolidação

Tal como anteriormente referido, o perímetro de consolidação de contas do município integra as entidades controladas em que este participe, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A obrigatoriedade de uma maior abrangência na prestação de informação consolidada foi refletida na alteração do perímetro de consolidação no atual RFALEI. A partir do ano 2014, e para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar: por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade através da verificação dos pressupostos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º de RFALEI; por outro lado, se se tratam das entidades especificamente elencadas no n.º 6 do mesmo artigo, que se incluem sempre, independentemente da percentagem de participação.

A definição de perímetro de consolidação de contas e das condições de controlo ou de presunção de controlo são fundamentais para a delimitação do grupo público e, conseqüentemente para a consolidação de contas.

Se, durante o exercício económico, uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas no processo de consolidação anual, devendo este facto e o seu efeito serem explicitados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de forma inequívoca, designadamente o momento a partir do qual as entidades deixam de ser parte integrante do perímetro de consolidação. Se a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação se alterar significativamente no decurso do

exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem fornecer as informações que permitam a comparabilidade de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas.

Apresenta-se, seguidamente, informação sobre as entidades detidas/participadas (societárias e não societárias) pelo município de Bragança.

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas

Grupo Municipal - Município de Bragança		ANO: 2016									
Entidades	Sede	Tipo de entidade	Participação detida		Perímetro de consolidação					Método de consolidação utilizado	
			%	Montante	Sim	Parcial	Excluído	Excluído	Excluído		Excluído
Águas do Norte, S.A.	Av. Osnabruck, 29 - 5000-427 Vila Real	Participada	0,77	1.070.867		X					
Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro	Complexo do Cachão - 5970-132 Mirandela	Participada	4,55	3.741		X					
Municipal - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º B, Taguspark - 2740-120 Porto Salvo	Empresa Local	0,77	24.940	X				75,8	RFALEI	Equivalência Patrimonial
AE-TRM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	Avenida dos Aliados, n.º 9 - 5400-038 Chaves	Associativa	n.a.			X					
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	Edifício Palácio da Justiça - Alameda do Paço - 5090-127 Murça	Associativa Municipal	n.a.			X					
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marmoco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	Associativa Municipal	n.a.			X					
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, n.º 17 - 5100-127 Lamego	Associativa Municipal	n.a.			X					
Associação dos Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45 - 2844-001 Sebal	Associativa Municipal	n.a.			X					
Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	Rua Visconde da Bouça, Apartado 238 - 5301-903 Bragança	Associativa Municipal	n.a.			X					
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Av. Cidade de Léon, 506 - 5301-858 Bragança	Associativa	74,11	1.600.000	X			c)-ii	75,8	RFALEI	Consolidação Integral
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Rua Visconde da Bouça, apartado 238 - 5301-903 Bragança	Comunidade Intermunicipal	10,59	42.327		X					
CORANE - Associação da Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina	Rua Padre António Vieira, Edifício do GAT - Apartado 1015, 5300-999 Bragança	Associativa	n.a.			X					
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luis I, 55 4050-474 Porto	Associativa Municipal	n.a.			X					
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra - 4900-360 Viana do Castelo	Associativa	n.a.			X					
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	Rua Alfredo Allen, n.º455/461 - 4200-135 Porto	Associativa	n.a.	10.000		X					
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park	Andrães - 5000-033 Vila Real	Associativa	4 UP	2.000		X					
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	Rua do Beato Nicolao Dinis, 5300 - 130 Bragança	Associativa	n.a.			X					
Fundação "Os Nossos Livros"	Rua Trindade Coelho, nº 32 - 5300-061 Bragança	Fundação	n.a.			X					
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	Rua Eng. José Beça, n.º 46 "Casa Câmara" - 5300-034 Bragança	Fundação	n.a.			X					
Agrupacion Europea de Cooperación Territorial Leon-Bragança	Plaza San Marcelo, Num. 6 - Leon (Espanha)	Associativa	n.a.	30.000		X					

Ponderados todos os fatores conclui-se que a entidade contabilística consolidante é o município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, as

que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark¹ e a Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

4. Método de consolidação

O RFALEI refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

No caso da consolidação do grupo municipal do município de Bragança utilizar-se-á o método de consolidação integral para Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark na qual o município detém uma participação de 74,11%. No caso da empresa municipal, Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., entidade associada controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o da equivalência patrimonial, considerando que a portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional.

O método de consolidação integral consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

O método da equivalência patrimonial consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que

¹Incluída pelo INE, nas Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas – 2011 e classificada no Setor da Administração Regional e Local, Administração Local, Serviços Autónomos da Administração Local.

proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

5. Breve enquadramento macroeconómico

Portugal

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2016 aponta para um crescimento homólogo real de 1,9% do PIB, acelerando face ao trimestre precedente. No total do ano, o crescimento do PIB, em termos reais, fixou-se nos 1,4%.

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 4,1% no último trimestre de 2016, acelerando face aos 3,3% do trimestre precedente. Em termos anuais o crescimento do IVNCR foi de 2,9% (1,8% em 2015).

O indicador de confiança dos consumidores e o indicador de oportunidade de aquisição de bens duradouros melhorou no 4º trimestre, o que compara com a evolução mista dos indicadores de opinião dos empresários.

No quarto trimestre, o indicador de FBCF registou uma variação homóloga de 0,9%, superior ao observado nos três trimestres precedentes, enquanto o indicador de investimento registou um crescimento de 1,8% (0,5% no último trimestre do ano).

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 4º trimestre de 2016, apontam para um aumento das exportações de 4,9% e um aumento das importações em 6,4% (1,9% e 1,3% no 3.º trimestre de 2016).

Em 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1 556 milhões de euros, o que representa um aumento de 1 432 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, em grande medida, a melhoria dos saldos da balança de bens e de serviços.

No último trimestre de 2016 a taxa de desemprego fixou-se nos 10,5%, valor idêntico ao registado no terceiro trimestre, mas 1,7 p.p. inferior ao registado um ano antes. Em termos anuais a taxa de desemprego foi de 11,1%, menos 1,3 p.p. do que em 2015.

O índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, em 2016, uma variação homóloga de 0,6% (0,5% em 2015), com um perfil anual marcado por uma ligeira aceleração, em especial na segunda metade do ano.

O saldo global no final de dezembro do subsetor da Administração Local foi de 662 milhões de euros. Apesar de significar uma melhoria de 57 milhões de euros relativamente ao mês anterior, este saldo global representa uma deterioração de 79 milhões de euros relativamente ao saldo global observado no final do ano anterior.

Este resultado tem na base um crescimento de 1,0% da receita efetiva que não foi suficiente para compensar o aumento de 2,3% da despesa efetiva.

A evolução da despesa efetiva está associada com o aumento de 1,8% das despesas com o pessoal, com o aumento de 5,8% das despesas com a aquisição de bens e serviços e com o aumento de 9% das despesas com transferências correntes. Em contrapartida, as despesas de Investimento apresentaram uma redução de 10,8%. Na evolução da receita efetiva destaca-se, essencialmente, o crescimento de 3,3% das receitas provenientes da cobrança dos impostos, essencialmente derrama (+32,9% e IMT (12,3%)), uma vez que o IMI diminuiu 3,5% face a 2015.

Região Norte

- De acordo com o relatório trimestral “Norte Conjuntura”, da CCDR-N, no 4º trimestre de 2016, num contexto marcado, ao nível nacional, pelo mais forte crescimento do PIB em termos homólogos desde há mais de 6 anos, a Região do Norte assistiu, por seu turno, ao mais acentuado crescimento do emprego desde há 15 anos (+2,2%, em termos homólogos) e viu a taxa de desemprego alcançar o valor mais baixo desde há mais de sete anos (11,5%).

A generalidade dos indicadores disponíveis relacionados com o consumo privado manteve uma evolução positiva, na Região do Norte, no 4º trimestre de 2016, sendo de destacar a aceleração do crescimento das importações de bens de consumo duradouros (+15,9% em termos homólogos, resultado que compara com +4,3% no trimestre anterior).

Em relação ao investimento, no 4º trimestre de 2016, destaca-se, no que diz respeito à Região do Norte, a circunstância de o número de obras licenciadas ter passado a apresentar uma tendência de crescimento em todos os segmentos (habitação e outros fins) e tipos de obra (construções novas ou outras obras). Quanto à importação de máquinas e outros bens de capital, mantém-se um forte crescimento, apesar de alguma desaceleração.

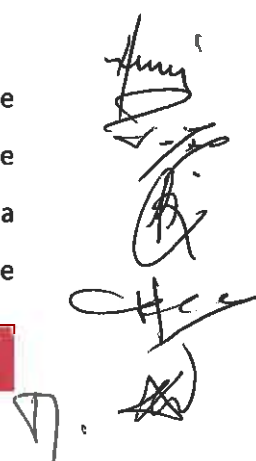
O valor das exportações de bens por empresas da Região do Norte registou no 4º trimestre de 2016 o crescimento mais moderado dos últimos três anos (+4,3% em termos homólogos, que compara com +7,6% no trimestre precedente). Este abrandamento foi motivado pela evolução das exportações para a União Europeia.

Quanto à atividade industrial da Região do Norte, há a assinalar, no 4º trimestre de 2016, a recuperação da importação de *inputs* e a aceleração do crescimento do emprego no setor transformador (+3,2% em termos homólogos, após 0,1% no trimestre anterior).

O movimento nos estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte e respetivos proveitos registou nova aceleração de crescimento no 4º trimestre de 2016, contrastando com a desaceleração sentida nos dois trimestres precedentes.

6. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

A visão do município de Bragança consiste em transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e



proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica. Neste contexto, assume o compromisso com as gerações vindouras: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e, assim, a melhor qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pela nossa atividade diária.

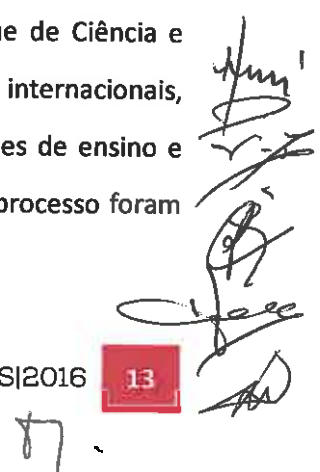
O município de Bragança constitui-se estrategicamente como um agente de desenvolvimento territorial, mobilizador de vontades e de parcerias.

Assim, e porque as pessoas estão sempre em primeiro lugar, a sua atuação é pautada pela busca contínua do desenvolvimento sustentável de Bragança, através da cooperação e diálogo com todos os agentes económicos, no sentido de ser estimulada a criação de riqueza e de emprego, garantindo igualdade de oportunidades e bem-estar para todos.

Bragança tem vindo a procurar afirmar-se como Ecocidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança”, sob o lema “fazer de Bragança um município classe A” e que pretende tornar Bragança numa Ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos.

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, durante o ano de 2016, manteve reuniões periódicas (mensais) para fazer o acompanhamento das atividades do PCT TMAD Brigantia EcoPark, planeando a estratégia de exploração, incluindo as atividades divulgação junto dos principais destinatários, procurando fontes de financiamento e executando projetos de interesse para o desenvolvimento do parque de ciência e tecnologia.

Durante o ano de 2016 foi realizado um esforço na identificação e angariação de parcerias estratégicas adequadas para o desenvolvimento e promoção do projeto “Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark”, nomeadamente grandes organizações, nacionais e internacionais, de base tecnológica, que ambicionassem uma ligação privilegiada com instituições de ensino e investigação, privadas ou públicas, na mesma área e com impacto social, neste processo foram



contactadas mais de 347 empresas, sendo estas na sua maioria empresas que detêm um subsegmento de atividades em IT.

No segundo semestre de 2016 o PCT TMAD Brigantia EcoPark obteve mais um projeto de financiamento aprovado, no âmbito do aviso AVISO NORTE-51-2015-04, referência NORTE-02-0651-FEDER-000020 - Promoção do Empreendedorismo Tecnológico na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (Empreender+.tec), vocacionado exclusivamente para o empreendedorismo de base tecnológica na região NUTS III das Terras de Trás-os-Montes.

Este projeto pretende promover o espírito empreendedor de índole tecnológico na região NUTS III das Terras de Trás-os-Montes. Para tal, será criada uma Rede Regional de Promoção do Empreendedorismo, desenvolvida uma Base de Conhecimento e de Apoio à Inovação Tecnológica, e organizado um Concurso de ideias de negócio de base tecnológica.

Pretende-se que a criação de empresas de base tecnológica sirva de veículo para a dinamização da economia regional, utilizando ativos locais, nomeadamente estruturas já instaladas e *know-how* existente nas instituições locais. O consórcio responsável pela execução das ações referidas é constituído pelo Instituto Politécnico de Bragança (IPB), pelo Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro Brigantia EcoPark (PCT TMAD Brigantia-EcoPark), e pela Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA). O investimento realizado pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark será de 315 875 euros financiado a 85%.

Foi apresentado ao programa regional mais três projetos de investimento:

- ✓ Eco-EMPREENDE – Programa de estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo na Região de Bragança;
- ✓ Spin-Out IPB – Promover a inovação e desenvolvimento empresarial através da valorização dos resultados de investigação do IPB;
- ✓ Promoção da Indústria 4.0 na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (I4@TMAD) – promoção de projetos de I&I colaborativos de interesse regional, fomentando assim a inovação colaborativa entre as empresas e o sistema regional de I&I, e fortalecendo as instituições de apoio às empresas.

O objetivo primordial da Associação é promover/reforçar ações de divulgação do Parque de modo a captar empresas e instituições na área da inovação.

Foram admitidas em 2016, 7 empresas, 1 centro de competências e criados de 28 postos de trabalho diretos.

6.1 Análise económico financeira da atividade consolidada

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado (documentos contabilísticos de base).

O primeiro mapa abrange os elementos acumulados até à data. Sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo, apresenta seguidamente uma síntese do balanço consolidado relativo aos exercícios de 2015 e 2016.

No que se refere ao balanço consolidado, o exercício de 2016 apresenta um ativo líquido no valor de 229.591.843,35 euros, sendo o ativo fixo a componente de maior destaque, com uma representatividade de 91,76% e em termos absolutos de 210.677.627,25 euros. Na estrutura dos

fundos próprios evidencia-se o valor do património, comportando 45,49% dos fundos próprios e passivo.

Ao nível do passivo, que reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos), apresenta uma diminuição de 4,08%.

Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL	SÍNTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO				ANO DE 2016
	2016		2015		
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	
ATIVO					
Ativo Fixo					
Bens de domínio público	101 541 693,28	44,23%	104 421 151,58	45,20%	
Imobilizações incorpóreas	306 148,68	0,13%	333 126,80	0,14%	
Imobilizações corpóreas	99 591 449,32	43,38%	97 342 471,91	42,14%	
Investimentos financeiros	9 238 335,97	4,02%	8 967 202,84	3,88%	
Total (Ativo Fixo)	210 677 627,25	91,76%	211 063 953,13	91,37%	
Ativo Circulante					
Existências	261 163,43	0,11%	253 551,36	0,11%	
Dívidas de terceiros	1 638 828,73	0,71%	3 031 007,89	1,31%	
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	10 440 760,97	4,55%	9 335 320,44	4,04%	
Total (Ativo Circulante)	12 340 753,13	5,38%	12 619 879,69	5,46%	
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	6 537 034,44	2,85%	7 258 532,06	3,14%	
Custos diferidos	36 428,53	0,02%	56 508,62	0,02%	
TOTAL (ACTIVO)	229 591 843,35	100,00%	230 998 873,50	100,00%	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos Próprios					
Património	104 443 664,44	45,49%	100 199 159,24	43,38%	
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00%	-480,07	0,00%	
Reservas	2 628 045,54	1,14%	2 419 301,16	1,05%	
Doações	14 678 759,87	6,39%	14 678 759,87	6,35%	
Diferenças de consolidação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Resultados transitados	16 229 507,81	7,07%	16 628 506,06	7,20%	
Resultado líquido do exercício atribuível ao Grupo	2 666 137,93	1,16%	4 279 102,02	1,85%	
Interesses minoritários	403 794,42	0,18%	484 010,25	0,21%	
Total (Fundos Próprios)	141 049 910,00	61,44%	138 688 358,52	60,04%	
Passivo					
Provisões para riscos e encargos	12 562 372,97	5,47%	12 496 918,23	5,41%	
Dívida a Terceiros - M/L prazos	4 972 083,08	2,17%	5 375 669,37	2,33%	
Dívida a Terceiros - Curto prazo	3 314 154,34	1,44%	4 237 347,25	1,83%	
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de custos	1 125 863,30	0,49%	1 052 297,73	0,46%	
Proveitos diferidos	66 567 459,66	28,99%	69 148 282,40	29,93%	
Total (Passivo)	88 541 933,35	38,56%	92 310 514,98	39,96%	
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	229 591 843,35	100,00%	230 998 873,50	100,00%	

Valores em euros

A evolução patrimonial no período 2015-2016 permite-nos concluir que o balanço consolidado decresce globalmente em valor absoluto 1.407.030,15 euros, ou seja, 0,61%, cujo comportamento de reparte pelos seguintes agregados:

ATIVO FIXO – Representando 91,76% do ativo líquido, apresenta uma redução em valores absolutos de 386.325 euros, ou seja, de 0,18%;

ATIVO CIRCULANTE – apresenta uma diminuição de 279.126,56 euros, em relação ao ano anterior. De valor significativo, apresenta a diminuição das dívidas de terceiros em 1.392.179,16 euros e o aumento dos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa em 11,84% (i.e., 1.105.440,53 euros);

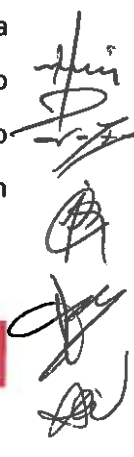
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os acréscimos de proveitos e os custos diferidos que apresentam diminuições na ordem dos 721.497,62 euros e 20.080,09 euros, respetivamente;

FUNDOS PRÓPRIOS – Os fundos próprios registaram um acréscimo de 1,70%, ou seja, 2.361.551,48 euros. Da sua variada composição apresenta maior relevância o crescimento do património com 4.244.505,20 euros, o resultado líquido do exercício atribuível ao grupo apresenta uma diminuição de 1.612.964,09 euros;

PASSIVO – Esta componente, diminuída em 4,08%, deverá ser analisada segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ No ano de 2016 as provisões para riscos e encargos aumentaram 65.454,74 euros;
- ✓ No que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de médio e longo e curto prazos apresentam, relativamente a 2015, uma redução de 1.326.779,20 euros;
- ✓ Relativamente aos acréscimos e diferimentos, ao nível dos proveitos diferidos, componente com maior representatividade do passivo (i.e., 75,18%), reduzem 2.580.822,74 euros;

Ao nível da demonstração de resultados consolidada, o ano de 2016, apresenta custos totais no valor de 29.751.148,28 euros, sendo os proveitos no valor 32.321.496,07 de euros, o resultado líquido ascende a 2.570.347,79 euros. Este resultado regista, comparativamente a 2015, uma diminuição de 39,15%, e em valor absoluto 1.653.642,59 euros. Salientamos que o resultado líquido do período que surge no balanço não é coincidente com o evidenciado no final da demonstração de resultados em virtude da quota-parte associada aos interesses minoritários ser considerada em



linha autónoma do balanço. Deste modo, o resultado líquido que surge no balanço corresponde ao valor atribuível ao grupo público.

Analisando a estrutura dos custos do grupo municipal e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 38,64%, os custos com pessoal 22,61% e as amortizações 21,01%.

Ao nível dos proveitos, e igualmente por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 44,52%, os impostos e taxas 22,29% e a prestação de serviços 10,74%.

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital, assim como valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados		
Saldo da gerência anterior (2015)		9 335 320,44
Execução orçamental	7 832 310,18	
Operações de tesouraria	1 503 010,26	
Receita cobrada na gerência		34 881 336,26
Receitas orçamentais	33 143 259,38	
Operações de tesouraria	1 738 076,88	
Pagamentos efetuados na gerência		33 775 895,73
Despesas orçamentais	32 211 773,64	
Operações de tesouraria	1 564 122,09	
Saldo para a gerência seguinte (2016)		10 440 760,97
Execução orçamental	8 763 795,92	
Operações de tesouraria	1 676 965,05	

Valores em euros

A análise dos fluxos de caixa orçamentais revela que do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior), 7.832.310,18 euros tiveram origem na execução orçamental de 2015. Ao longo do exercício de 2016, as receitas orçamentais cobradas ascenderam a 33.143.259,38 euros e os pagamentos totalizaram 32.211.773,64 euros, transitando para o ano de 2017 um saldo de execução orçamental no valor total de 8.763.795,92 euros.

Rácios

Com vista a ilustrar a situação financeira consolidada, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação consolidada constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Quadro 4: Rácios

Rácios	2015	2016
Liquidez Geral*	376,87%	426,02%
Liquidez Reduzida*	372,07%	420,14%
Liquidez Imediata*	176,48%	235,17%
Prazo de Segurança de Liquidez	78,06%	69,98%
Endividamento	25,00%	23,95%
Estrutura do Endividamento*	22,84%	20,20%
Autonomia Financeira	37,56%	38,08%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	68,26%	69,19%
Rendibilidade do Capital Próprio	3,09%	1,89%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- ✓ **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- ✓ **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- ✓ **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- ✓ **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite fazer face aos custos e perdas operacionais.

- ✓ **Endividamento** – permite apurar o grau em que é utilizado o capital alheio para financiar a do grupo.
- ✓ **Estrutura do endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado.
- ✓ **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira face aos respetivos credores.
- ✓ **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- ✓ **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

7. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

No cômputo da prossecução das vastas atribuições do município de Bragança, pretende-se, entre outros objetivos, a afirmação de uma região competitiva na área económica, capaz de atrair e fixar empresas, entidades e recursos humanos qualificados.

A prioridade atribuída à promoção da inovação e da competitividade teve como reflexo a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark, fruto de uma parceria entre os municípios de Bragança e Vila Real, o instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Portus Park, que se apresenta como uma oportunidade significativa, potenciadora da captação de investimentos à escala internacional, numa lógica de promoção da “hélice tripa”: empresa, administração pública e entidades do sistema científico e tecnológico.

8. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

No âmbito da prossecução da sua missão, o município de Bragança irá prosseguir uma estratégia que tem como objetivo a criação das condições necessárias para o um crescimento próspero e o

Handwritten signatures and initials:
 Rui
 B
 C
 D

desenvolvimento sustentável. A implementação de projetos, ações e atividades diferenciadoras permitirão a construção de um território mais atrativo para viver, investir e visitar.

A Associação Brigantia EcoPark pretende continuar a promover e reforçar ações de divulgação do Parque de modo a captar empresas e instituições na área da inovação, assumindo um papel decisivo na dinamização e incremento das atividades de I+D+i, imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social, regional e local.

9. Factos relevantes após o encerramento do exercício

Mais se informa que não ocorreram fatos relevantes após o termo do exercício.



Handwritten notes and scribbles, including a large stylized signature or mark, and the number 17.

Handwritten signatures and initials in black ink, including the name 'Ferreira' and various initials.

Balanço Consolidado
2016

ENTIDADE		BALANÇO CONSOLIDADO			ANO DE 2016
GRUPO MUNICIPAL					
Código das contas do POCAL	Ativo	2016			Balanco Consolidado 2015
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	6 184 586,35	0,00	6 184 586,35	5 255 100,20
452	Edifícios	468 261,67	117 860,77	350 400,90	354 648,09
453	Outras construções e infra-estruturas	136 683 127,09	47 686 766,15	88 996 360,94	91 379 834,12
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	1 349 964,71	244 779,97	1 105 184,74	1 111 428,97
459	Outros bens de domínio público	142 108,48	142 108,48	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	4 905 160,35	0,00	4 905 160,35	6 320 140,20
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		149 733 208,65	48 191 515,37	101 541 699,28	104 421 151,58
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1 856 674,10	1 805 015,82	51 658,28	68 086,33
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	651 650,78	642 938,29	8 712,49	14 605,78
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	245 777,91	0,00	245 777,91	250 434,69
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 754 102,79	2 447 954,11	306 148,68	333 126,80
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	15 552 048,45	0,00	15 552 048,45	15 326 274,31
422	Edifícios e outras construções	87 511 690,24	11 937 323,00	75 574 367,24	73 866 388,62
423	Equipamento básico	8 559 742,64	6 396 268,53	2 163 474,11	2 598 907,67
424	Equipamento de transporte	4 809 529,02	3 797 604,82	1 011 924,20	807 697,19
425	Ferramentas e utensílios	1 198 929,21	1 039 647,88	159 281,33	168 733,38
426	Equipamento administrativo	2 910 909,88	2 473 356,02	437 553,86	454 006,62
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	138 875,48	128 177,37	10 698,11	13 861,76
442	Imobilizações em curso	4 682 102,02	0,00	4 682 102,02	4 106 602,36
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		125 363 826,94	25 772 377,62	99 591 449,32	97 342 471,91
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 183 468,68	0,00	1 183 468,68	1 153 666,99
412	Obrigações e títulos de participação	1 506 185,25	0,00	1 506 185,25	1 506 185,25
414	Investimentos em Imóveis	6 589 365,43	41 038,41	6 548 327,02	6 307 298,43
415	Outras aplicações financeiras	355,02	0,00	355,02	52,17
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
		9 279 374,38	41 038,41	9 238 335,97	8 967 202,84
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	261 163,43	0,00	261 163,43	253 551,36
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e Intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		261 163,43	0,00	261 163,43	253 551,36
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	1 945,21	0,00	1 945,21	0,00
212	Contribuintes c/c	82 019,35	0,00	82 019,35	78 705,38
213	Utentes c/c	551 453,89	0,00	551 453,89	620 801,98
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	682 063,25	613 267,97	68 795,28	56 888,87
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	182 485,28	0,00	182 485,28	18 759,83
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	752 129,72	0,00	752 129,72	2 255 851,83
		2 252 096,70	613 267,97	1 638 828,73	3 031 007,89
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	10 423 766,00	0,00	10 423 766,00	9 193 327,75
11	Caixa	16 994,97	0,00	16 994,97	141 992,69
		10 440 760,97	0,00	10 440 760,97	9 335 320,44
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	6 537 034,44	0,00	6 537 034,44	7 258 532,06
272	Custos diferidos	36 428,53	0,00	36 428,53	56 508,62
		6 573 462,97	0,00	6 573 462,97	7 315 040,68
	Total de amortizações		76 452 885,51		
	Total de provisões/ajustamentos		613 267,97		
	Total do ativo	306 657 996,83	77 066 153,48	229 591 843,35	230 998 873,50

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		BALANÇO CONSOLIDADO		ANO DE 2016	
Código das contas do POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios			
		2016	2015		
	Fundos próprios:				
51	Património/capital	104 443 664,44	100 199 159,24		
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	-480,07		
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00		
	Reservas:	0,00	0,00		
571	Reservas legais	2 628 045,54	2 419 301,16		
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00		
573	Reservas contratuais	0,00	0,00		
574	Outras Reservas livres	0,00	0,00		
575	Subsídios	0,00	0,00		
576	Doações	14 678 759,87	14 678 759,87		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00		
578+579	Outras reservas	0,00	0,00		
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00		
59	Resultados transitados	16 229 507,81	16 628 506,06		
		137 979 977,66	133 925 246,25		
88	Resultado líquido do exercício atribuível ao Grupo	2 666 137,93	4 279 102,02		
	Total dos fundos próprios/capital próprio atribuível ao grupo	140 646 115,58	138 204 348,27		
	Interesses minoritários	403 794,42	484 010,25		
	Total dos fundos próprios/capital próprio	141 049 910,00	138 688 358,52		
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos	12 562 372,97	12 496 918,23		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)				
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4 111 403,83	4 262 661,36		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	37 158,76		
262+263+267+268	Outros credores	860 679,25	1 075 849,25		
		4 972 083,08	5 375 669,37		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	713 073,50	1 108 759,10		
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	77 586,74	91 068,68		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	356 707,21	735 015,79		
252	Credores pela execução do orçamento	0	0,00		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13 103,28	13 103,28		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	171 689,51	496 696,15		
2612	Fornecedores imobilizado c/ cauções e garantias	0,00	0,00		
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	0,00	0,00		
24	Estado e outros entes públicos	186 453,59	175 301,01		
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
262+263+265+267+268	Outros credores	315 915,03	296 051,90		
217	Credores de cauções	1 479 625,48	1 321 351,34		
		3 314 154,34	4 237 347,25		
	Acréscimos e Diferimentos:				
273	Acréscimos de Custos	1 125 863,30	1 052 297,73		
274	Proveitos diferidos	66 567 459,66	69 148 282,40		
		67 693 322,96	70 200 580,13		
	Total do passivo	88 541 933,35	92 310 514,98		
	Total dos fundos próprios e do passivo	229 591 843,35	230 998 873,50		

Valores em euros

[Handwritten signatures]

**Demonstração Consolidada
dos Resultados**

2016

ENTIDADE		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA		ANO DE 2016
GRUPO MUNICIPAL				
Código das Contas do POCAL		DR Consolidada 2016	DR Consolidada 2015	
61	Custos e perdas			
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	871 775,12	556 149,26	
62	Fornecimentos e serviços externos:	11 497 043,77	10 422 141,54	
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00	
641+642	Remunerações	5 243 277,02	5 156 274,42	
643 a 648	Encargos sociais	1 483 374,90	1 476 393,28	
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	1 148 548,24	956 378,41	
66	Amortizações do exercício	6 269 474,81	6 356 945,01	
67	Provisões do exercício	95 889,98	142 477,16	
65	Outros custos operacionais	45 161,85	146 585,10	
	(A)	26 654 545,69	25 213 344,18	
68	Custos e perdas financeiros	192 372,39	178 627,40	
	(C)	26 846 918,08	25 391 971,58	
69	Custos e perdas extraordinários	2 904 230,20	2 526 594,05	
	(E)	29 751 148,28	27 918 565,63	
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	
	(G)	29 751 148,28	27 918 565,63	
88	Resultado líquido do exercício	2 570 347,79	4 223 990,38	
	Atribuível ao Grupo público	2 666 137,93	4 279 102,02	
	Atribuível a interesses não controlados pelo Grupo:	-95 790,13	-55 111,64	
	(X)	32 321 496,07	32 142 556,01	
	Proveitos e ganhos			
	Vendas e prestações de serviços:			
7111	Venda de mercadorias	0,00	0,00	
7112+7113	Venda de produtos	2 318 405,43	2 126 894,13	
712	Prestações de serviços	3 472 521,60	3 246 077,85	
72	Impostos e taxas	7 205 452,57	7 131 754,96	
(a)	Variação da produção	0,00	0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	
73	Proveitos suplementares	10 769,45	9 565,22	
74	Transferências e subsídios obtidos/subsídios à exploração	14 389 583,06	14 182 959,82	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais			
	(B)	27 396 732,11	26 697 251,98	
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 856 241,87	1 827 135,49	
	(D)	29 252 973,98	28 524 387,47	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 068 522,09	3 618 168,54	
	(F)	32 321 496,07	32 142 556,01	
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	742 186,42	1 483 907,80	
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1 663 869,48	1 648 508,09	
	Resultados Correntes: (D - C)	2 406 055,90	3 132 415,89	
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	2 570 347,79	4 223 990,38	

Valores em euros

[Handwritten signatures and initials]

Mapa de Fluxos de Caixa
Consolidado

2016

Handwritten signatures and initials:
- Top signature: *Amir*
- Middle signature: *[illegible]*
- Bottom signature: *[illegible]*
- Initials: *[illegible]*

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO		ANO DE 2016 Período: 2016/01/01 a 2016/12/31	
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo gerência anterior		9 335 320,44	Despesas orçamentais		32 211 773,64
Execução Orçamental	7 832 310,18		Correntes	21 270 251,55	
Operações de Tesouraria	1 503 010,26		Capital	10 941 522,09	
Receltas orçamentais		33 143 259,38	Operações de tesouraria		1 564 122,09
Correntes	29 234 912,06		Saldo para a gerência seguinte		10 440 760,97
Capital	3 822 910,59		Execução orçamental	8 763 795,92	
Outras	85 436,73		Operações de tesouraria	1 676 965,05	
Operações de Tesouraria		1 738 076,88			
Total		44 216 656,70	Total		44 216 656,70

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2017

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2017

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Anexos às Demonstrações
Financeiras Consolidadas

2016

De harmonia com o preceituado no RFALEI, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

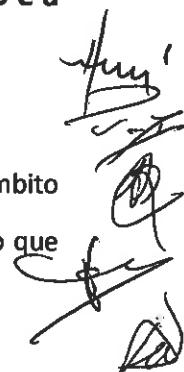
Igualmente é referido que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo, remetendo assim para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido pelo SATAPOCAL o modelo de estrutura do anexo. Considerando que o modelo de estrutura foi adaptado para um perímetro de consolidação cujas entidades fossem detidas a 100%, sempre que se considerar que as mesmas não se encontram ajustadas ao atual perímetro será efetuada a respetiva referência.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas ou não são aplicáveis ou dizem respeito a factos ou a situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

A entidade consolidante é o **município de Bragança**. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da população que



representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013.

As entidades que são incluídas no perímetro de consolidação do município, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, são as seguintes:

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção, lançamento e gestão do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia e visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior. Esta associação, com sede no concelho de Bragança, tem como associados fundadores o município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança, o município de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., tem como missão a produção de fotografia aérea, cadastro, cartografia, ortofotomapas, cadastro de infraestruturas, formação, sistemas de informação geográfica, geolocalização de viaturas, operar com tecnologia LiDAR, laser terrestre, videogrametria e desenvolvimento de aplicações. Tem a sua sede no Taguspark, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 – 3.º B, Porto Salvo, Oeiras.

As restantes entidades incluídas no quadro n.º 1, que consta do presente relatório de gestão, são excluídas do perímetro de consolidação, por não se enquadrarem no disposto no RFALEI.

Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2016

Categoria	N.º de Trabalhadores			Total
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Bragança EcoPark	Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	
Executivo/Administrador	4			4
Dirigente	10			10
Técnico superior	37	1		38
Assistente técnico	80			80
Assistente operacional	203	3		206
Informática	4			4
Outros	11			11
TOTAL	349	4	0	353

Nota: não foi preenchido o n.º de trabalhadores da entidade Município

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e o município de Bragança o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema, ou seja, o utilizado pela entidade consolidante (POCAL).

O município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o disposto no ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Não foram identificadas situações em que a aplicação das normas de consolidação não fosse suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Não foram afastadas normas de consolidação.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tal como consta no quadro n.º 1, e já referido anteriormente, foi utilizado o método de consolidação integral e equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 «Investimentos em subsidiárias e consolidação», consistindo o mesmo na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

O método de equivalência patrimonial consiste na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de dezembro de 2016, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem informação acerca do grupo como se de uma única entidade se tratasse, foram dados os seguintes passos:

- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente, às seguintes anulações recíprocas:



- ✓ **Créditos e débitos** — Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos, entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;
- ✓ **Custos e proveitos** — Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados, os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

3. a) e b)

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Investimentos financeiros a eliminar
Investimentos financeiros	1 600 000,00		
Património		2 159 000,00	2 159 000,00
Investimentos financeiros a eliminar (interesses minoritários)			-559 000,00

Valores em euros

Município de Bragança	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	
Participação	1 600 000,00
Eliminação do MEP - Custos e perdas financeiros	-261 532,58
Eliminação do MEP - Resultados transitados	-201 785,65
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	
Aplicação do MEP	406,01
	1 137 087,78

Valores em euros

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top and several initials below it.

Município de Bragança	
Eliminação dos investimentos financeiros	559 000,00
Participação nos resultados transitados	-70 498,86
Participação nos resultados líquidos	-91 477,75
Harmonização amortizações exercícios anteriores	11 083,41
Harmonização amortizações exercício corrente	11 220,00
Eliminação de prestação de serviços interna	-15 532,38
	403 794,42

Valores em euros

Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Município de Bragança	
Investimentos financeiros - valor contabilístico	24 939,80
Investimentos financeiros - valor aplicando o MEP	24 533,79
Participação nos resultados anos anteriores (Resultados Transitados /Balanço)	-406,01
Ganhos na participada (DR)	60,38
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-466,39

Valores em euros

Eliminação das operações recíprocas

1. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de Saldos

	41 - Investimentos financeiros	51 - Património
Camara Municipal Bragança	1 600 000,00	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		1 600 000,00

Valores em euros

2. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de transações

	62 - Fornecimentos e serviços externos	71.2 - Prestações de serviços
Município de Bragança	59.990,00	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		59.990,00

Valores em euros

[Handwritten signatures and initials]

4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo refira, neste ponto, exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos informamos, complementarmente, sobre as dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO: 2016			
Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)			Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Municipal de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Bragança Escolar	Total		
	2	3	5=2+3+4	6	7=5-6
23.1.2 Empréstimos de médio e longo prazo					
Banco Bilbao Vizcaya	636 668,94		636 668,94		636 668,94
Banco Bilbao Vizcaya	916 666,62		916 666,62		916 666,62
Banco Bilbao Vizcaya	958 333,29		958 333,29		958 333,29
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	488 203,03	600 000,00	1 088 203,03		1 088 203,03
Inst. F. Desenv. Regional I.P	352 291,23		352 291,23		352 291,23
Banco Popular Portugal, S.A	159 240,72		159 240,72		159 240,72
26.8 Outros Credores - FAM	860 679,25		860 679,25		860 679,25
TOTAL	4 372 083,08	600 000,00	4 972 083,08	0,00	4 972 083,08

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos
b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Valores em euros

4 b) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos – exigibilidade de curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal ANO: 2016

Código / designação das contas (I)	Dívidas a terceiros de curto prazo (II)			Eliminação de Créditos/modas relativos (III)	Grupo público consolidado (IV)
	Município de Bragança (II.1)	Associação para o Desenvolvimento do Bragança Local (II.2)	Total (II.1+II.2)		
23.1.1 Empréstimos de curto prazo					
Banco Bilbao Vizcaya	86 818,44		86 818,44		86 818,44
Banco Bilbao Vizcaya	83 333,34		83 333,34		83 333,34
Banco Bilbao Vizcaya	83 333,34		83 333,34		83 333,34
Caixa Geral Depósitos	99 216,83		99 216,83		99 216,83
Caixa Geral Depósitos	138 777,00		138 777,00		138 777,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	35 108,95		35 108,95		35 108,95
Inst. F. Desenv. Regional I.P	30 169,08		30 169,08		30 169,08
Banco Popular Portugal, S.A	156 316,52		156 316,52		156 316,52
26.1.1 Fomecedores de imobilizado					
Direção Geral do Património	38 907,32		38 907,32		38 907,32
26.8 Outros Credores - FAM	215 169,00		215 169,00		215 169,00
TOTAL	967 149,82	0,00	967 149,82	0,00	967 149,82

a) embora a natureza das dívidas seja de médio o longo prazo, o grau de exigibilidade (obrigação de pagamento) é de curto prazo

Valores em euros

4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará, numa ótica previsional, as seguintes dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2020:

Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2020

ENTIDADE: Grupo Municipal ANO: 2016

Código / designação das contas (I)	Capital em Dívida em 31/12/2016			Pagamentos previstos durante os próximos 4 anos		Total das pagamentos previstos Grupo Público consolidado (III+IV)	Capital Consolidado em Dívida no fim de 2020 (I+V)
	Município de Bragança (II.1)	Associação para o Desenvolvimento do Bragança Local (II.2)	Total Grupo Público consolidado (II.1+II.2)	Município de Bragança (III.1)	Associação para o Desenvolvimento do Bragança Local (III.2)		
Banco Bilbao Vizcaya	723 487,38		723 487,38	347 273,76		347 273,76	376 213,62
Banco Bilbao Vizcaya	999 999,96		999 999,96	333 333,36		333 333,36	666 666,60
Banco Bilbao Vizcaya	1 041 666,63		1 041 666,63	333 333,36		333 333,36	708 333,27
Caixa Geral Depósitos	99 216,83		99 216,83	99 216,83		99 216,83	0,00
Caixa Geral Depósitos	138 777,00		138 777,00	138 777,00		138 777,00	0,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	523 311,98	600 000,00	1 123 311,98	240 044,94		240 044,94	883 267,04
Inst. F. Desenv. Regional I.P	382 460,31		382 460,31	127 623,13		127 623,13	254 837,18
Banco Popular Portugal, S.A	315 557,24		315 557,24	315 557,24		315 557,24	0,00
Direção Geral do Património	38 907,32		38 907,32	38 907,32		38 907,32	0,00
Outros Credores - FAM	1 075 848,25		1 075 848,25	860 676,00		860 676,00	215 172,25
TOTAL	5 339 232,90	600 000,00	5 939 232,90	2 834 742,94	0,00	2 834 742,94	3 104 489,96

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerada de curto prazo

Valores em euros

5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas.

Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark									
	Obrigações/pagamentos					Dívidas/recebimentos				
	Saldos iniciais	Dívidas de exercício em curso	Amortizações de exercício	Pagamentos de exercício	Saldos finais	Saldos iniciais	Dívidas de exercício em curso	Amortizações de exercício	Recebimentos de exercício	Saldos finais
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) [(1)+(2)+(3)+(4)]	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) [(6)+(7)+(8)+(9)]	
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais		59 990,00		59 990,00	0,00		59 990,00		59 990,00	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	59 990,00	0,00	59 990,00	0,00	0,00	59 990,00	0,00	59 990,00	0,00

Valores em euros

6 – Informações relativas a compromissos

6 a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros.

Não figuram no balanço consolidado os encargos financeiros com juros de empréstimos a pagar em exercícios futuros. Com carácter previsional o município presume que para o ano de 2017 os mesmos ascendam a 104.900,00 euros.

O município de Bragança apresenta nas contas individuais o valor de 5.550.173,62 euros de compromissos assumidos para exercícios futuros, desagregados nos seguintes agrupamentos económicos:

01 – Despesas com o pessoal	90.452,90 euros
02 – Aquisição de Bens e Serviços	846.792,04 euros

03 – Juros e outros encargos	40.817,41 euros
04 – Transferências correntes	12.470,00 euros
07 – Aquisição de bens de capital	3.234.868,59 euros
08 – Transferências de capital	154.840,59 euros
09 – Ativos financeiros	1.075.848,25 euros
10 – Passivos financeiros	94.083,84 euros

7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

O setor privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpôs para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos setoriais de Contabilidade do Setor Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado: Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.

Amortizações: O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

[Handwritten signatures and initials]

Existências: São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.

Dívidas de e a Terceiros: As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões: O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o princípio da prudência, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são contabilizadas as seguintes provisões:

- ✓ **Provisões para cobrança duvidosa** - Quanto às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos, foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.
- ✓ **Provisões para riscos e encargos, processos judiciais em curso** - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso.

- ✓ **Provisões para investimentos financeiros** – Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Acréscimos e Diferimentos: Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Disponibilidades: As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rúbricas

8 a) – As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento do exercício, com exceção do imobilizado em curso, apresentam transferências que perfazem o valor de 63.099,00 euros, onerando o valor do imobilizado a que se destinavam, nomeadamente para a adaptação de um edifício para o Memorial e Centro de Documentação – Bragança Sefardita.

8 b) – Movimentos ocorridos nas rúbricas do ativo imobilizado, constantes do balanço consolidado, e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.



Quadro 10: Mapa do Ativo Bruto Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO:2016

Rubricas	Saldo inicial grupo público	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final grupo público
Activo Bruto				
41 Investimentos financeiros:	8 970 359,84	309 014,54	0,00	9 279 374,38
4111 Associações de municípios	54 326,89	30 000,00	0,00	84 326,89
4112 Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113 Empresas privadas ou cooperativas	3 741,00	0,00	0,00	3 741,00
4114 Empresas publicas	1 095 599,10	-198,31	0,00	1 095 400,79
4122 Obrigações e títulos de participação - FAM	1 506 185,25	0,00	0,00	1 506 185,25
4141 Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	713 079,59	0,00	0,00	713 079,59
4142 Inv. Imóveis- Edifícios e outras construções	5 597 375,84	278 910,00	0,00	5 876 285,84
4153 Outras aplicações financeiras - Outros títulos	52,17	302,85	0,00	355,02
42 Imobilizações corpóreas:	120 702 529,25	4 466 474,60	194 823,09	125 363 826,94
421 Terrenos e recursos naturais	15 326 274,31	166 969,44	58 804,70	15 552 048,45
422 Edifícios e outras construções	84 339 676,86	341 961,65	2 830 051,73	87 511 690,24
423 Equipamento básico	8 142 689,94	217 708,99	199 343,71	8 559 742,64
424 Equipamento de transporte	4 684 817,94	423 333,73	-298 622,65	4 809 529,02
425 Ferramentas e utensílios	1 175 107,72	28 435,13	-4 613,64	1 198 929,21
426 Equipamento administrativo	2 784 658,57	163 832,47	-37 581,16	2 910 909,88
429 Outras Imobilizações Corpóreas	142 701,55	0,00	-3 826,07	138 875,48
442 Imobilizações em Curso	4 106 602,36	3 124 233,19	-2 548 733,53	4 682 102,02
43 Imobilizações incorpóreas:	2 821 858,57	12 435,30	-80 191,08	2 754 102,79
431 Despesas de instalação	1 919 773,10	0,00	-63 099,00	1 856 674,10
432 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	651 650,78	0,00	0,00	651 650,78
443 Imobilizações em Curso	250 434,69	12 435,30	-17 092,08	245 777,91
45 Bens de domínio público	148 177 781,94	2 116 120,55	-560 693,84	149 733 208,65
451 Terrenos e recursos naturais	5 255 100,20	108 095,26	821 390,89	6 184 586,35
452 Edifícios	468 261,67	0,00	0,00	468 261,67
453 Outras construções	134 642 206,68	62 922,66	1 977 997,75	136 683 127,09
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	1 349 964,71	0,00	0,00	1 349 964,71
459 Outros bens do dominio publico	142 108,48	0,00	0,00	142 108,48
445 Imobilizações em Curso	6 320 140,20	1 945 102,63	-3 360 082,48	4 905 160,35
TOTAL	280 672 529,60	6 904 044,99	-446 061,83	287 130 512,76

Quadro 11: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO:2015			
Rubricas	Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Saldo Final Grupo Público	
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	69 608 576,47	7 333 486,35	489 177,31	76 452 885,51
48.1	De Investimentos em Imóveis	3 157,00	37 881,41	0,00	41 038,41
48.1.2	Edifícios e Outras Construções	3 157,00	37 881,41	0,00	41 038,41
48.2	De Imobilizações Corpóreas	23 360 057,34	2 813 921,14	401 600,86	25 772 377,62
48.2.2	Edifícios e Outras Construções	10 473 288,24	1 477 201,97	13 167,21	11 937 323,00
48.2.3	Equipamento básico	5 543 782,27	894 735,60	42 249,34	6 396 268,53
48.2.4	Equipamento de transporte	3 877 120,75	219 106,72	298 622,65	3 797 604,82
48.2.5	Ferramentas e utensílios	1 006 374,34	37 878,02	4 604,48	1 039 647,88
48.2.6	Equipamento administrativo	2 330 651,95	182 026,44	39 322,37	2 473 356,02
48.2.9	Outras Imobilizações corpóreas	128 839,79	2 972,39	3 634,81	128 177,37
48.3	De Imobilizações Incorpóreas	2 488 731,77	22 321,34	63 099,00	2 447 954,11
48.3.1	Despesas de Instalação	1 851 686,77	4 896,33	51 567,28	1 805 015,82
48.3.2	Despesas de Investigação e de desenvolvimento	637 045,00	17 425,01	11 531,72	642 938,29
48.5	Bens de Domínio Público	43 756 630,36	4 459 362,46	24 477,45	48 191 515,37
48.5.2	Edifícios	113 613,58	4 247,19	0,00	117 860,77
48.5.3	Outras construções	43 262 372,56	4 448 871,04	24 477,45	47 686 766,15
48.5.5	Bens do património histórico, artíst. e cultural	238 535,74	6 244,23	0,00	244 779,97
48.5.9	Outros bens de domínio público	142 108,48	0,00	0,00	142 108,48
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
49.1	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		69 608 576,47	7 333 486,35	489 177,31	76 452 885,51

Valores em euros

As **amortizações acumuladas do grupo público** apresentam no final do ano de 2016 e em termos absolutos 76.452.885,51 euros, resultante da incrementação ao saldo inicial, no valor de 69.608.576,47 euros de 7.333.486,35 euros de aumentos e 489.177,31 euros de diminuições. Os aumentos são provenientes de reforços do exercício no montante de 6.307.356,22 euros (incluindo 37.881,41 euros de custos financeiros) e 1.026.130,13 euros referentes a exercícios anteriores. Relativamente às regularizações (diminuições) totalizaram 489.177,31 euros, provenientes de abates, alienações e outras.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público:

Quadro 12: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público

	Saldo Inicial	Reforços		Regularizações	Saldo Final
		Exercício	Exercícios anteriores		
Município de Bragança	69 195 904,35	5 894 056,64	1 026 130,13	488 925,42	75 627 165,70
Brigantia EcoPark	412 672,12	413 299,58		251,89	825 719,81
Total do Grupo Público	69 608 576,47	6 307 356,22	1 026 130,13	489 177,31	76 452 885,51

Valores em euros

8 j) – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Quadro 13: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços

Designação	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Vendas	2 318 405,43		2 318 405,43
Prestação de serviços	3 466 001,27	6 520,33	3 472 521,60
TOTAL	5 784 406,70	6 520,33	5 790 927,03

Valores em euros

Detalhando as vendas expressas no quadro, as principais componentes são referentes à venda da água de abastecimento público no valor de 1.369.431,19 euros, e eletricidade com 940.818,14 euros.

No que concerne às prestações de serviços, os resíduos sólidos evidenciam a maior parcela de proveitos no valor de 1.544.069,95 euros. Dos restantes proveitos, o valor que nos parece de evidenciar diz respeito às rendas e alugueres no valor de 863.260,36 euros.

8 m) – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Quadro 14: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

	Remunerações a)		
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Órgão Executivo	186 345,74	0,00	186 345,74
Órgão Deliberativo	36 740,88	0,00	36 740,88
TOTAL	223 086,62	0,00	223 086,62

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

Valores em euros

8 p) – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Na conta “51 – Património” foi relevado um aumento de 278.910 euros relativo a regularizações de imobilizado, anteriores à data do Balanço Inicial.

Na conta “59 – Resultados transitados” foram efetuadas as seguintes regularizações mais relevantes:

- Regularizações de subsídios ao investimento: (D) 208.804,71 euros e (C) 647.837,90 euros;
- Regularizações de amortizações: (D) 1.025.582,21 euros e (C) 96.517,29 euros.

8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA				ANO DE 2016	
Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	147 910,91	158 730,39	781	Juros obtidos	4 276,66	40 144,56
682	Perdas em entidades participadas		0,00	782	Ganhos em entidades participadas	60,38	272,37
683	Amortizações de investimentos em imóveis	37 881,41	3 157,00	783	Rendimento de imóveis	1 804 582,11	1 773 359,34
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	6 818,18	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	6 580,07	16 740,01	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados financeiros	1 663 869,48	1 648 508,09	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	40 504,54	13 359,22
		1 856 241,87	1 827 135,49			1 856 241,87	1 827 135,49

Valores em euros

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA				ANO DE 2016	
Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	2 488 870,86	1 961 089,58	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis			792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências		17 217,62	793	Ganhos em existências		38 111,26
694	Perdas em imobilizações	258,40	130 305,66	794	Ganhos em imobilizações	101 145,92	189 923,58
695	Multas e penalidades			795	Benefícios e penalidades contratuais	262 494,16	39 933,81
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões		544 883,27
697	Correções relativas a exercícios anteriores	410 840,91	405 453,39	797	Correções relativas a exercícios anteriores	110 494,30	178 337,42
698	Outros custos e perdas extraordinários	4 260,03	12 527,80	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 594 387,71	2 626 979,20
	Resultados extraordinários	164 291,89	1 091 574,49			3 068 522,09	3 618 168,54
		3 068 522,09	3 618 168,54				

Valores em euros

8 s) Movimentos ocorridos nas provisões

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DAS PROVISÕES CONSOLIDADO			2016
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	582 832,73	30 435,24		613 267,97
292	Provisões para riscos e encargos	12 496 918,23	65 454,74		12 562 372,97
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00			0,00
TOTAL		13 079 750,96	95 889,98	0,00	13 175 640,94

Valores em euros

A conta de clientes, contribuintes e utentes, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respetivos créditos sobre clientes e utentes, sofreu um incremento no exercício de 2016, de 30.435,24 euros.

As provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2016, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 12.562.372,97 euros. Durante o exercício de 2016 procedeu-se ao aumento das provisões no valor de 65.454,74 euros.

O município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se aprovisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., cujo valor ascende a 4.173.398,11 euros.

9. Informações diversas

9 b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Seguidamente apresenta-se o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Quadro 15: Mapa da Dívida Bruta Consolidada

Dívida Bruta Consolidada		Saldo a 31/12/2016
Médio e longo prazos		4 972 083,08
Instituições Financeiras		4 111 403,83
Fornecedores de Imobilizado c/c		0,00
Outros Credores		860 679,25
Curto Prazo		3 314 154,34
Instituições Financeiras		713 073,50
Fornecedores c/c		77 586,74
Fornecedores - faturas em receção e conferência		356 707,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		13 103,28
Fornecedores de imobilizado c/c		171 689,51
Estado e outros entes públicos		186 453,59
Administração Autárquica		0,00
Outros credores		315 915,03
Credores de Cauções		1 479 625,48
TOTAL		8 286 237,42

Valores em euros

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Declaração de
Responsabilidade

2016



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

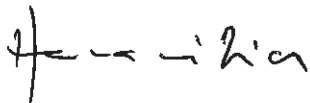
Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2016 do Município de Bragança declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Bragança, 19 de junho de 2017.

Os responsáveis subscritores:



Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias

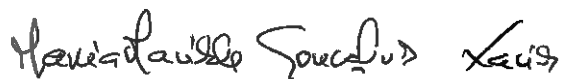


Vereador, Paulo Jorge Almendra Xavier

Vereadora, Cristina Conceição Ferreira Vidal Figueiredo



Vereador, Gilberto José Araújo Baptista



Diretora Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

[Handwritten signatures]

Certificação Legal das
Contas Consolidadas

2016

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Bragança** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 229.591.843,35 euros e um total de fundos próprios de 141.049.910,00 euros, incluindo um resultado líquido de 2.666.137,93 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Bragança** em 31 de dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

A classe imobilizações inclui os bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da entidade, incluindo os bens de domínio público. Com o intuito de promover o registo integral dos bens desta natureza, ao longo do exercício foram desenvolvidas pelo Município várias diligências de levantamento e conciliação entre o património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico. Adicionalmente, foi efetuado um trabalho exaustivo com o objetivo de promover a decomposição e regularização das rubricas de imobilizado em curso e subsídios ao investimento correspondentes. No entanto, os procedimentos referidos não se encontram concluídos, pelo que não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período consolidados.

Encontra-se em fase de implementação pelo Município o sistema de contabilidade de custos, nos termos do referido pelo ponto 2.8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), razão pela qual não nos podemos pronunciar, e não nos pronunciamos, quanto aos seus eventuais efeitos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

Conforme referido na nota 8. s), o Município instaurou ações judiciais no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A." a reclamar a anulação de parte da faturação que considera indevida. Nestas circunstâncias, e até que seja proferida decisão judicial, releva uma provisão no valor de 4.173.398,11 € pelo valor contestado. De referir que, conforme disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, a sociedade "Águas do Norte, S.A." sucede em todos os direitos e obrigações à sociedade à "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.".

Conforme referido na nota 8. p) do Anexo, a variação ocorrida no valor do património está associada à regularização de bens do ativo fixo e à aplicação de resultados do ano anterior conforme disposições técnicas do POCAL e, os registos em resultados transitados resultam, essencialmente, da relevação contabilística de amortizações de períodos anteriores e dos subsídios ao investimento respetivos, associada aos movimentos de regularização das rubricas de imobilizado nas contas do Município. Adicionalmente, foram promovidas as regularizações relacionadas com a alienação de veículos em 2002 e 2012 que, no entanto, não afetou os valores dos fundos próprios.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

[Handwritten signatures and initials]

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 19 de junho de 2017

O Revisor Oficial de Contas

**CARLOS EDUARDO
BRAZ FONSECA**

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO BRAZ FONSECA

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102



[Handwritten signatures]

Relatório e Parecer do
Revisor Oficial de Contas
2016

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

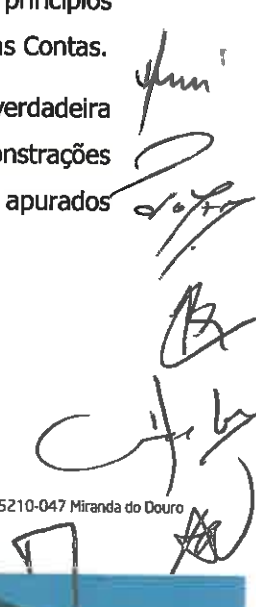
**Exmo. Órgão Deliberativo do
Município de Bragança**

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

- 1.1.** Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2.** Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pelo Município de Bragança, como entidade consolidante de harmonia com o estabelecido na lei, e que nos aspetos essenciais foram aplicadas apropriadamente as normas de consolidação de contas.
- 1.3.** Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada.
- 1.4.** Confirmámos que o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, o Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado e o respetivo Anexo foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita às reservas constantes da Certificação Legal das Contas.
- 1.5.** Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, com as reservas apresentadas na Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e, bem assim, os resultados consolidados apurados no exercício findo na mesma data.



2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Exmo. Órgão Executivo, apreciar as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2016, com as reservas e as ênfases apresentadas na Certificação Legal das Contas.

Viseu, 19 de junho de 2017

O Revisor Oficial de Contas

CARLOS EDUARDO BRAZ Assinado de forma digital por
FONSECA CARLOS EDUARDO BRAZ FONSECA

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102